



DESAFIOS DO PIT – Ciclo 3

Programa de Inovação no Tesouro: Preparando o Rio Grande do Sul para o Futuro

O Programa de Inovação do Tesouro (PIT) da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul surgiu em um momento crucial para a administração pública. Com a sociedade cada vez mais conectada e enfrentando mudanças rápidas, a inovação tornou-se essencial para a eficiência e a transparência dos serviços públicos. O PIT foi criado em maio de 2019 para avançar na implementação prática de projetos que geram alto valor público e promover a integração de diversos atores na implementação de políticas públicas.

O PIT une esforços com programas de inovação existentes e busca integrar entidades públicas, como as universidades UFRGS, PUCRS e UNISINOS, que colaboram através de parcerias acadêmicas em projetos, principalmente aqueles apoiados pelo PROFISCO II. Essas colaborações fortalecem o ecossistema de inovação e fomentam a cocriação de soluções com parceiros externos, elevando a cultura de inovação dentro e fora do governo.

Diante de desafios multifacetados, como a crise climática vivida em maio de 2024, o PIT se propõe a transformar a administração financeira e garantir a resiliência do Estado. A calamidade revelou a vulnerabilidade das infraestruturas e a necessidade urgente de modernização. O PIT avança com a pavimentação de caminhos que permitam a contratação de *startups* e *govtechs* e explora tecnologias emergentes como *blockchain* e *web3*, além de pesquisar o uso inteligência artificial e automação inteligente de processos para otimizar a gestão.

A transformação digital orientada a dados também é uma prioridade. Visa melhorar a eficiência operacional e a gestão de riscos estratégicos. Esse esforço não apenas fortalece a capacidade do Estado de enfrentar desafios climáticos e tecnológicos, mas também promove a transparência e o restabelecimento da confiança da sociedade no governo. As

externalidades positivas esperadas como decorrência deste processo incluem a manutenção de talentos no Rio Grande do Sul e a transparência nas contratações, garantindo serviços mais eficazes e adaptados às necessidades da população.

Com esses avanços, o PIT colabora para colocar o Rio Grande do Sul na vanguarda das políticas públicas inovadoras no Brasil, destacando o papel do Estado como líder em gestão pública e desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, o próximo ciclo do PIT terá como foco o desenvolvimento de projetos que busquem endereçar soluções para os seguintes desafios:

1. Resiliência Climática

A resiliência climática tornou-se um dos temas centrais para a gestão pública moderna. No estado do Rio Grande do Sul, a combinação de eventos climáticos extremos, como enchentes, secas e tempestades, coloca em evidência a necessidade de estratégias adaptativas. A mudança climática afeta diretamente a qualidade de vida da população, a infraestrutura e a economia local, especialmente em áreas como a agricultura, que depende do clima para sua sustentação e evolução. Para enfrentar esses desafios, é essencial que o Estado desenvolva políticas que integrem planejamento urbano resiliente, manejo adequado de recursos hídricos e programas de recuperação pós-desastres.

Além disso, a transição para uma economia mais verde é um fator crucial para reduzir a vulnerabilidade do Estado frente aos impactos climáticos. Isso inclui investimentos em energias renováveis, infraestrutura sustentável e tecnologias que promovam a eficiência energética. No entanto, a implementação dessas medidas requer não apenas recursos financeiros, mas também uma mudança cultural e o engajamento de diversos setores da sociedade.

O Rio Grande do Sul também deve fortalecer suas redes de cooperação com outras regiões e países, trocando experiências e soluções inovadoras para a adaptação climática. A criação de políticas públicas que incentivem a participação ativa das comunidades locais é vital, garantindo que as soluções adotadas sejam eficazes e inclusivas. Ao priorizar a resiliência climática, o Estado estará mais bem preparado para proteger seu patrimônio natural e sua população, criando um futuro mais seguro e sustentável para as próximas gerações.

2. Sustentabilidade Fiscal

A sustentabilidade fiscal é um dos pilares para o desenvolvimento de políticas públicas de longo prazo. No caso do Rio Grande do Sul, a questão fiscal é particularmente desafiadora devido ao histórico de déficits, dívida crescente e rigidez orçamentária. Para garantir a

continuidade e a eficiência dos serviços públicos, é imprescindível que o Estado equilibre suas contas, sem comprometer o bem-estar da população.

A implementação de uma gestão fiscal responsável requer um compromisso firme com o controle de gastos e a otimização de recursos. Isso inclui a revisão de incentivos fiscais, a melhoria na arrecadação de tributos e a eliminação de desperdícios. Contudo, é fundamental que essas medidas sejam acompanhadas de transparência e diálogo com a sociedade, de modo a construir confiança e apoio para as reformas necessárias.

Além disso, a modernização da administração pública é crucial para aumentar a eficiência e a qualidade do gasto. O uso de tecnologias de ponta, como a inteligência artificial e a análise inteligente de dados, pode otimizar processos e reduzir custos. A reforma administrativa, com foco em um serviço público mais enxuto e eficiente, também se faz necessária.

A sustentabilidade fiscal, no entanto, não deve ser vista apenas como uma meta contábil. Ela é a base para que o Estado possa investir em áreas prioritárias, como educação, saúde e segurança, promovendo o desenvolvimento social e econômico de maneira equilibrada e sustentável. Ao atingir um equilíbrio fiscal, o Rio Grande do Sul poderá direcionar seus recursos para políticas que gerem benefícios reais e duradouros para toda a população.

3. Dívida Pública

A dívida pública do Rio Grande do Sul é uma questão histórica que impõe severas restrições à capacidade do Estado em investir e oferecer serviços de qualidade. O endividamento elevado gera um ciclo vicioso de refinanciamentos e pagamentos de juros, comprometendo grande parte do orçamento e limitando a possibilidade de novos investimentos. Portanto, é fundamental que o Estado encontre soluções para gerir sua dívida de maneira mais eficaz e sustentável.

A renegociação das dívidas, especialmente com a União, é um passo crucial. No entanto, esse processo precisa ser acompanhado de reformas estruturais que evitem o acúmulo de novas dívidas no futuro. A adoção de políticas de controle de endividamento e a criação de mecanismos de monitoramento contínuo são medidas necessárias para garantir a responsabilidade fiscal a longo prazo.

Ao mesmo tempo, é importante que o Estado busque alternativas criativas para reduzir a pressão sobre suas finanças. Isso pode incluir parcerias público-privadas (PPPs), concessões e outras formas de colaboração com o setor privado para viabilizar projetos de infraestrutura e serviços sem aumentar o endividamento público.

Ademais, é essencial promover um debate transparente e inclusivo sobre a dívida pública, envolvendo a sociedade e os principais atores políticos na busca por soluções que equilibrem as responsabilidades financeiras com o desenvolvimento econômico e social. Somente assim o Rio Grande do Sul poderá quebrar o ciclo de dependência do endividamento e abrir caminho para um futuro fiscalmente saudável e economicamente próspero.

4. Incorporação de novas Tecnologias e da Inovação

A era digital trouxe consigo uma série de oportunidades e desafios, e o Rio Grande do Sul tem se preparado para navegar neste cenário. A incorporação de tecnologias avançadas e a promoção da inovação são essenciais para aumentar a competitividade do Estado, impulsionar o desenvolvimento econômico e melhorar a qualidade dos serviços públicos.

Investir em tecnologia significa, inicialmente, modernizar a administração pública. Isso inclui a aplicações baseadas em *blockchain* e *web3*, o uso de inteligência artificial para análise de dados e a automação inteligente de processos. A inovação deve ser vista como um motor para a eficiência e a transparência, permitindo que o governo faça mais com menos. Não é um fim em si mesma, mas um meio para viabilizar o atingimento de objetivos estratégicos de forma mais ágil e eficaz.

Além disso, o fomento a um ecossistema de inovação é fundamental para atrair investimentos e gerar empregos de qualidade. Parcerias com universidades, centros de pesquisa e o setor privado podem criar um ambiente propício para o desenvolvimento de novas tecnologias e soluções inovadoras. O estímulo ao empreendedorismo e às startups tem se mostrado uma prioridade, com a criação de programas de apoio e incentivos fiscais que impulsionem a criação de negócios inovadores em nosso território.

Entretanto, para que essas iniciativas tenham sucesso, é necessário garantir que a população tenha acesso à educação e capacitação tecnológica. A inclusão digital deve estar entre as ações sob o foco do governo, assegurando que todos possam se beneficiar das oportunidades trazidas pela inovação. Dessa forma, o Rio Grande do Sul poderá se posicionar como um polo de tecnologia e inovação, capaz de enfrentar os desafios do futuro e promover um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

5. Desenvolvimento Econômico

O desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul depende de uma série de fatores, incluindo a diversificação da economia, o estímulo ao empreendedorismo e a atração de investimentos. Historicamente, o Estado tem uma economia baseada no agronegócio, na indústria e nos serviços. No entanto, para garantir um crescimento sustentável e inclusivo, é

essencial que novas áreas de atuação sejam exploradas, e que a economia se adapte às mudanças globais.

A criação de um ambiente de negócios favorável é um passo crucial para atrair investimentos e gerar empregos. Isso inclui a simplificação de processos burocráticos, a oferta de incentivos fiscais e a melhoria da infraestrutura. Parcerias com o setor privado e a promoção de políticas de fomento ao comércio exterior também são importantes para aumentar a competitividade do Estado.

Além disso, é vital que o desenvolvimento econômico seja acompanhado de políticas de inclusão social. O crescimento econômico deve beneficiar todas as camadas da população, reduzindo as desigualdades regionais e promovendo a equidade. Investimentos em educação, saúde e infraestrutura são fundamentais para garantir que o progresso econômico resulte em melhorias reais na qualidade de vida da população.

O Estado também deve estar atento às oportunidades oferecidas pela economia verde e pelas novas tecnologias. A transição para uma economia de baixo carbono e o incentivo a temas emergentes, como o uso intensivo de Tecnologia da Informação e a inovação, podem abrir novos caminhos para o crescimento. Com uma estratégia clara e bem definida, o Rio Grande do Sul poderá se consolidar como um líder em desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo, beneficiando as atuais e futuras gerações.

6. Qualidade do Gasto Público

A qualidade do gasto público é um desafio constante para governos de todas as esferas. No Rio Grande do Sul, a busca por maior eficiência no uso dos recursos públicos é vital para garantir a sustentabilidade das finanças estaduais e a prestação de serviços essenciais à população, como visto nos tópicos anteriores. Gastar bem não significa apenas cortar despesas, mas sim alocar os recursos de forma estratégica, priorizando áreas que gerem maior retorno social e econômico.

Um dos principais caminhos para melhorar a qualidade do gasto é a implementação de mecanismos de avaliação de políticas públicas. Isso inclui a análise de custos e benefícios, o monitoramento de resultados e a realização de auditorias regulares. A transparência e a participação social nesse processo são fundamentais para garantir que as decisões de alocação de recursos estejam alinhadas com as necessidades da população.

Outro aspecto crucial é a modernização da gestão pública. A adoção de novas tecnologias pode ajudar a reduzir desperdícios e aumentar a eficiência na prestação de serviços. Além disso, a capacitação dos servidores públicos é essencial para que eles possam desempenhar suas funções de maneira mais eficaz, focando na entrega de resultados.

A qualidade do gasto também está relacionada à equidade. É necessário garantir que os recursos sejam distribuídos de forma justa, atendendo às regiões e grupos mais vulneráveis. Isso contribui para a redução das desigualdades sociais e regionais e promove um desenvolvimento mais equilibrado em todo o Estado. Ao priorizar a qualidade do gasto, o Rio Grande do Sul poderá não apenas equilibrar suas finanças, mas também melhorar a vida de seus cidadãos, assegurando um futuro mais justo e próspero.

Desafio 7: Integração da Execução Orçamentária Financeira

Atualmente, os processos orçamentário, financeiro e contábil estão, em grande parte, desconectados, gerando retrabalho e erros devido ao tratamento manual e fragmentado das informações. Essa falta de integração dificulta a gestão eficiente dos recursos públicos e impede uma visão clara sobre a situação financeira.

Além disso, o conhecimento sobre a gestão orçamentária e a folha de pagamento está disperso e não sistematizado, tornando difícil a coordenação entre as liberações orçamentárias e o caixa. Essa desconexão também causa problemas quando novas despesas não previstas precisam ser incluídas no planejamento.

Os sistemas tecnológicos utilizados são antigos e não atendem mais às necessidades atuais. Por exemplo, o Sistema FPE, que foi desenvolvido há quase 30 anos, não se integra bem com outras ferramentas e exige processos manuais, resultando em dados desatualizados e menos eficiência. O sistema carece de funcionalidades modernas, como acesso móvel e relatórios intuitivos, que são essenciais para uma gestão eficaz.

Por fim, é importante considerar novas abordagens no planejamento orçamentário, como o orçamento verde e o orçamento sensível a gênero e raça. Por exemplo, o orçamento sensível a gênero, iniciado na Austrália em 1984, busca analisar como os gastos públicos impactam diferentes grupos de forma desigual. Com essa análise, é possível direcionar melhor os recursos para alcançar resultados mais justos e equilibrados.